

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

MARCIANA LEAL BEZERRA

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA EM RELAÇÃO AO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

**PICOS – PI
2018**

MARCIANA LEAL BEZERRA

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA EM RELAÇÃO AO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros - CHNB, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Lima Sales

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

B574p Bezerra, Marciana Leal.
Percepção de professores de ciências e biologia em relação ao atendimento educacional especializado / Marciana Leal Bezerra. – Picos, 2018.
32 f.
CD-ROM: 4 ¼ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

Orientador(A): Prof. Dr. Paulo César Lima Sales.

1. Professor – Ciências Biológicas. 2. Educação Inclusiva. 3. Alunos – Deficiências - Picos-PI. I. Título.

CDD 371.9

MARCIANA LEAL BEZERRA

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA EM RELAÇÃO AO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da
Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus
Senador Helvidio Nunes de Barros - CHNB,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Lima Sales

Aprovado em: 03 de dezembro de 2018.



Prof. Dr. Paulo César Lima Sales - UFPI/CSHNB
Orientador



Prof. Dr. Luis Evêncio da Luz - UFPI/CSHNB
Membro



Prof. Vanderlan Feitosa de Macêdo - UFPI/CSHNB
Membro

À Deus, por luz que guia a minha existência;
À minha família que é a benção mais valiosa
de Deus em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por ter mim guiado durante toda minha vida, me dando força, sabedoria pra continuar e superar os obstáculos que surgiu no decorrer dessa caminhada.

A minha família, minha mãe, meu pai (in memorian), meu marido, meus filhos, irmãos, irmãs, cunhados (a),sobrinhas(os), a família do meu marido, em fim todos da minha família pelos momentos que sonhou e compartilhou das alegrias e tristezas compreendendo, apoiando e incentivando-me a prosseguir na busca da realização dessa conquista.

A meu orientador: Prof. Dr. Paulo César Lima Sales pelas orientações prestadas neste trabalho, ao Prof. Dr. Paulo Victor de Oliveira, Prof. Dr. Luis Evêncio da Luz, Maria Carolina de Abreu e Patrícia cunha Goncalves, Prof. Vanderlan Feitosa de Macêdo e a todo corpo docente do curso de biologia, principais responsáveis pela minha formação profissional.

Aos amigos(as) do curso de biologia ,por ter compartilhado tantos momentos juntos nas viagens e confraternizações durante o curso .

A Inclusão acontece quando se aprende com as
diferenças e não com as igualdades.

(Paulo Freire)

RESUMO

A Legislação estabelece a inclusão da educação especial na rede regular de ensino e que esta trouxe mudanças no ensino, na aprendizagem e na avaliação. Tais alterações exigem políticas eficientes voltadas aos envolvidos no processo educacional, como também mais investimentos, capacitação e valorização profissional. A pesquisa teve como objetivo conhecer a percepção dos docentes de Ciências e Biologia em relação ao Atendimento Educacional Especializado, no município de Picos, Piauí. A metodologia aplicada no estudo foi quantitativa de alcance descritivo, com a elaboração de um questionário com 33 professores da rede pública e privada. As questões foram baseadas nos itens de Atitudes Sociais em relação à Inclusão (ELASI), elaborado pelo Grupo de Pesquisa Diferença, Desvio e Estigma, da UNESP, Campus de Marília . O questionário é composto de 35 itens, cada um com alternativas seguindo a Escala de Likert: (1) Discordo totalmente, (2) Discordo parcialmente, (3) Nem concordo nem discordo, (4) Concordo parcialmente e (5) Concordo totalmente. Cada forma é composta por 35 itens, sendo 30 para a mensuração de atitudes sociais frente à inclusão e outros cinco itens que compõem a escala de mentira. Os resultados obtidos revelam a compreensão e o reconhecimento por parte de alguns docentes sobre a importância da inclusão educacional especializada e os desafios do cotidiano revelam a insegurança de outros profissionais que apontam a situação de separar o aluno especial dos demais na sala de aula.

Palavras-Chave: Professor. Educação Inclusiva. Alunos com deficiência.

ABSTRACT

It is known that the Legislation establishes the inclusion of special education in the regular network of education and that this brought changes in teaching, learning and evaluation. Such changes require efficient policies aimed at those involved in the educational process, as well as more investments, training and professional valuation. The research had as objective to know the perception of the professors of Sciences and Biology in relation to the Specialized Educational Attendance, in the municipality of Picos, Piauí. The methodology applied in the study was quantitative of descriptive scope, with the elaboration of a questionnaire with 33 teachers from the public and private network. The questions were based on the Social Attitudes to Inclusion (ELASI) items, prepared by the Research Group Difference, Deviation and Stigma, from UNESP, Campus de Marília . The questionnaire is composed of 35 items, each with alternatives following the Likert Scale: (1) I totally disagree, (2) partially disagree, (3) Neither agree nor disagree, (4) partially agree, and (5) agree completely. Each form is composed of 35 items, 30 of which are for the measurement of social attitudes towards inclusion and five other items that make up the lie scale. The results show the understanding and recognition by some teachers about the importance of specialized educational inclusion and the daily challenges reveal the insecurity of other professionals who point out the situation of separating the special student from the others in the classroom.

Keywords: Teacher. Inclusive education. Students with disabilities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Contexto histórico da educação especial	11
2.2 As leis voltadas para a educação especial	13
2.3 A percepção do docente na educação inclusiva	15
3 MATERIAIS E MÉTODOS	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
41 Legislação	18
42 Seleção	19
43 Convívio	20
44 Exclusão	21
45 Inclusão	21
46 Currículo	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICES	27

1 INTRODUÇÃO

Pessoas com deficiência têm sofrido os mais diversos tipos de exclusão de direitos desde a pré-história até à contemporaneidade. Dentre eles, podemos citar o direito a vida e o direito à inclusão escolar, este último sendo o grande paradigma do século atual de acordo com os argumentos da pesquisa de Alves e Duarte (2014).

Segundo Alves e Duarte (2014), o termo inclusão está associado com o atendimento educacional que garanta a todos os alunos o alcance de todo seu potencial em local escolar apropriado, independente de suas capacidades. Segundo os autores, o aluno com deficiência deve frequentar o sistema regular de ensino junto com seus pares sem deficiência. Dessa forma, pessoas com deficiências podem se beneficiar de uma educação de qualidade, desde que ocorra uma reestruturação escolar para o atendimento de suas necessidades educacionais. Ainda segundo Alves e Duarte (2014), o conhecimento das percepções do aluno com deficiência possibilita ao professor responder melhor às necessidades de seus alunos, bem como aumentar o senso de pertencimento nas aulas de ciências.

Tanto a Constituição quanto a Lei de Diretrizes e Bases – LDB garantem o direito efetivo à educação mediante o atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Anterior a esse disposto do direito à educação, diversas iniciativas de origem privada, filantrópica e religiosa apareceram para assegurar o acesso à educação, desde 1984. O Estado aparece com suas responsabilidades somente em 1957 com a criação da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Depois disso, originou-se os Planos de Educação que definem a educação a ser prestada às pessoas com necessidades especiais (BRASIL, 2009)

A inclusão escolar envolve tanto o acesso de pessoas com deficiência à escola, quanto aos demais segmentos excluídos da sociedade que possuam necessidades educacionais, com ou sem deficiência. Para atendê-los, o sistema precisa estar preparado, adequando-se às condicionalidades de cada um. Caso contrário, quando é o aluno que se adequa as condições da escola e do ensino, não existe inclusão (ALVES; DUARTE, 2014).

São necessárias reformas nas práticas pedagógicas e na formação do professor para que haja o sucesso no processo de inclusão. Dentre elas, pode-se citar: (a) a adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa; (b) a adaptação ou (re)construção de currículos; (c) o uso de novas técnicas e recursos específicos adaptados a cada deficiência; (d) a criação de novos indicadores de avaliação; e (e) o estímulo à participação de pais,

principalmente, e da comunidade no meio educacional (BRASIL, 2004, LEI Nº 5.296 de 2004, Art. 5º)

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todos os alunos possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais (MITTLER, 2003, p. 20).

Dessa forma, entender como os professores percebem a inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas regulares torna-se relevante a medida que contribui para o conhecimento da visão de educadores de ensino básico em relação ao atendimento educacional especializado, bem como suas autopercepções em relação às suas capacidades em trabalho com pessoas portadoras de deficiência em turmas regulares.

Diante do exposto, o presente estudo tem como problema de pesquisa responder qual a percepção de professores de educação básica, em especial no ensino de Ciências e Biologia, em relação à temática “Atendimento Educacional Especializado” - AEE. A pesquisa tem como objetivo descrever como professores de Ciências e Biológica percebem o AEE, bem como sua autovisão em relação às suas habilidades no trabalho com alunos com necessidades especiais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contexto histórico da educação especial

No período da história primitiva, nas tribos nômades, o homem era responsável pela sua própria sobrevivência, tanto defendendo-se, como provendo sua própria alimentação e, assim, as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência eram deixadas para trás e devoradas pelos predadores, pois, para Silva (2006, p.42), “a eliminação dos incapazes para prover sua sobrevivência não tinha conotações preconceituosas”.

Os povos egípcios tinham como característica a valorização da estética, da beleza, portanto, os homens deveriam ser fortes para se tornarem bons soldados, excluindo os que “fugiam” desse padrão de beleza. Já os povos gregos consideravam as crianças portadoras de necessidades especiais “sub-humanas”, e a sua eliminação era perfeitamente aceitável, já que elas não estavam aptas para a guerrilha. A sociedade romana era uma das mais cruéis, pois era permitido aos pais espancar, flagelar, vender e matar os filhos que fossem tidos como “anormais”(SILVA,1996)

A sociedade judaica adotou a postura de não eliminar as pessoas portadoras de necessidades especiais por preservarem valores morais e religiosos, considerando-as pessoas vítimas de “possessão demoníaca” ou castigada pelos pecados dos pais e, segundo Ross (1998, p. 58), “marginalizadas pelo processo produtivo e pela autoridade das forças sobrenaturais que regiam as sociedades da época”.

Não contentes com exclusão a que expunham essas pessoas, os judeus colocavam as de menor poder aquisitivo, principalmente os cegos, para angariar esmolas para eles. Já as de classes sociais abastadas, eram escondidas em masmorras e porões até morrerem de morte “natural”(ROSS,1998).

Novas ideias referentes à natureza orgânica da deficiência começaram a surgir na Idade Média. Nessa época, lentamente, inicia-se um processo de busca de explicação científica para os fenômenos naturais. A sociedade, embasada em dados científicos, passou a entender a deficiência de forma mais racional. Ou seja, a deficiência estava no corpo e não mais nos demônios o que de certa forma continuava a representar um perigo social, conforme concluiu Pessoti (1984, p.69):

O confinamento e a segregação não bastavam. Pessoas com deficiências mais severas deveriam ser esterilizadas para que não passassem sua herança

genética. Era a única forma de manter as nações compostas somente de homens fortes, bonitos e saudáveis.

No século XIX, iniciaram os primeiros estudos científicos da deficiência, mas voltados para os problemas de ordem mental e psicológica. Nestas pesquisas, voltadas para o âmbito medicinal, destacavam-se nomes como os de Esquirol, Séguin, Itard, Wundt, Ireland, Ducan, Millard, Morel, Lombrosos, Down, Galton, Tuke, Rusch e Dix. Neste enfoque, a *deficiência* era vista como algo como uma doença da mente, que deveria ser analisada e tratada. Contudo, ainda havia a discriminação com as pessoas com necessidades especiais. É importante ressaltar que foi o médico Wallon que trabalhou os fundamentos do modelo psicogenético, inclusive defendendo que pessoas com necessidades especiais deveriam ser inseridas na sociedade (PADILHA, 2007).

Os avanços da Medicina ampliaram a compreensão da deficiência como processo natural e a partir daí, conventos e asilos, seguidos pelos hospitais psiquiátricos, constituíram-se locais do confinamento para as pessoas com necessidades especiais. Estas instituições eram, e muitas vezes ainda são pouco mais do que prisões. ”(PADILHA,2007)

No campo religioso, os portadores de necessidades especiais eram tidos como “demônios”, que precisavam ser expulsos. Segundo Pessoti (1984), ao longo de toda história, essas pessoas foram expostas a julgamentos desse tipo, como o de que todo homem era conforme a imagem e semelhança de Deus, e assim a ideia de perfeição física e mental era posta em destaque, excluindo automaticamente o portador de necessidades especiais. Por conseguinte, criava-se a imagem de que toda pessoa “diferente” era anormal e por isso surgia um discurso de preconceito e exclusão que perpetuaria por diversas décadas.

As duas últimas décadas do século XX foram de suma importância para todo o contexto e ascensão das discussões relativas à educação. Dessa forma, as concepções para termos da área, como aprendizagem e desenvolvimento humano, passaram por profundas mudanças, que alcançaram o século XXI, beneficiando muitos alunos, (CARVALHO, 2009).

2.2 As leis voltadas para a educação especial

Desde o período imperial na História do Brasil, que começaram a surgir atendimentos às pessoas com deficiência. Na época foram criadas Instituições destinadas a tratar de pessoas surdas e cegas, no Rio de Janeiro, que foram: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado no ano de 1854 e o Instituto Nacional da Educação dos Surdos, três anos depois. Ambos

mantêm-se até os dias atuais, como Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional dos Surdos (MARTINS E LANNA, 2010).

De acordo com o posicionamento de (Martins e Lanna, 2010) houve a criação para as pessoas com deficiências mentais, no ano de 1926 a criação do Instituto Pestalozzi, que mais tarde no ano de 1945 iniciou atendimento educacional de forma especializada com pessoas superdotadas.

A primeira APAE-Associação de Pais e Amigos Excepcionais, teve sua fundação no ano de 1954. E no início da década de 60, houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei nº. 4.024/61), e a partir dela os alunos considerados excepcionais garantem seu direito à educação dentro do sistema educacional normal. Houve uma alteração da lei, no sentido de introduzir um tipo de tratamento especial para os alunos especiais, que foi a Lei nº 5692/71, e dessa forma acaba por reforçar mais ainda a ideia que aluno com deficiência não deve estar junto de alunos ditos normais.

O Centro Nacional de Educação Especial, criado em 1973, deu um impulso em práticas educacionais voltadas a deficientes, mas ainda de forma assistencialista e isolada. Isso apenas retrata ainda o caráter de políticas especiais a alunos especiais. Ou seja, ainda não estarão integrados ao ensino normal. Em relação a alunos superdotados, estão inseridos no ensino regular, mas sem nenhuma atenção especializada, já que superdotação também é considerada necessidade especial. (MARTINS E LANNA,2010)

A Constituição Federal de 1988 tem como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Determina, no artigo 205, que a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

No artigo 55 da Lei nº. 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente, reforça a obrigatoriedade dos pais de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

A criação de documentos como a Declaração de Salamanca e a Declaração Mundial de Educação para Todos, na década de 90 começaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva (MARTINS E LANNA,2010)

A Política Nacional de Educação Especial surge em 1994 no sentido de orientar esse processo de integração instrucional que dá acesso aos portadores de necessidades especiais

em salas comuns do ensino regular. A educação porem mantém a mesma responsabilidade na aprendizagem do ensino regular (MARTINS E LANNA, 201)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, indica que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

A Grafia Braille para a Língua Portuguesa é reconhecida após a Portaria nº 2.678/02, com isso, a sua difusão é reconhecida para todas as modalidades de ensino, dando dessa forma acesso aos deficientes visuais ao ensino regulamentar em todo o Brasil.

O Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no ano de 2003 procurando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo assim acessibilidade a todos (MEC/2001).

O Programa Brasil Acessível é implementado com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade a pessoas com deficiência ou com mobilidade diminuída, esse programa surge a partir do Decreto nº 5.296/04, que regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00.

A inclusão das Libras no ensino regular, como uma disciplina, surge a partir do Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que tem por objetivo facilitar o acesso de alunos surdos no ensino regular tendo em vista a inclusão dos alunos surdos.

2.3 A percepção do docente na educação inclusiva

A percepção em torno do aluno com deficiência e o ensino voltado ao atendimento qualificado é um desafio colocado aos professores de todas as áreas e em particular ao profissional de Biologia da rede pública, em que muitos desses não possuem preparação direcionada e habilidades com atividades diversificadas e competência para atender as dificuldades educacionais de cada aluno inserido na escola. Entretanto, quando esses alunos se encontram na escola é preciso proporcionar ações e situações direcionadas a educação inclusiva (BRASIL, 1998).

Para Silva (2013) apud Díaz et al (2009, p. 76) quando a prática e a competência do professor são vistas como um despreparo, afirma que:

[...] seja colocada em prática [...], a valorização da educação e, conseqüentemente, o reconhecimento da importância do trabalho do professor, mediante formação adequada, reestruturação da carreira docente e melhores salários [...] não se trata apenas de os professores conhecerem mais sobre deficiências ou como ensinar a esses alunos, mas de criar espaços para que reflitam como são afetados por esta convivência [...] despreparo de ordem pedagógica [...] que também está em jogo um despreparo psíquico para lidar com a realidade, às vezes tão difícil de aceitar, que a deficiência traz, justamente, por denunciar os limites do corpo a que todos nós estamos sujeitos, como também, no caso da prática docente, apontar os limites de uma prática pedagógica que privilegia as aquisições cognitivas.

As dificuldades vivenciadas pelo professor em sala de aula vão além do conhecimento sobre os tipos de deficiências, de um bom planejamento com aulas diversificadas, ou de um bom salário. O despreparo citado acima é de ordem pedagógica no que se refere ao cotidiano escolar, na comunicação eficiente entre professor e aluno, nos limites físicos e cognitivos do aluno especial que não consegue acompanhar no mesmo ritmo e velocidade dos outros. Tudo isso produz a exclusão e a discriminação por não portar da mesma aprendizagem (SILVA (2013) APUD DÍAZ ET AL (2009, p. 76).

Quando a questão é a preparação do docente frente aos alunos com deficiência, Silva (2013) apud Pereira (2006, p. 62) completa com o seu ponto de vista que o espaço/cenário escolar precisa ser visto para o professor como um local de reflexão, de aprendizagem e de desenvolvimento de suas práticas educativas. As concepções do ambiente de trabalho precisam estar norteadas não ao cumprimento obrigatório de atividades, mas como um ambiente propício a superação e aos avanços na aprendizagem.

A pesquisa de Silva(2013) ainda destaca a necessidade de mudar os fundamentos pedagógicos dos cursos de formação dos professores para inclusão dos alunos com necessidade especial, enfatizando sempre as mudanças e transformações na prática dos professores, apresentando-lhe um currículo mais flexível às limitações e necessidades vivenciadas por cada professor.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa de alcance descritivo. Pesquisa quantitativa corresponde a uma pesquisa que analisa a realidade objetiva com base em estudos anteriores e utiliza a coleta de dados para testar hipóteses estabelecendo padrões e comprovar teorias. O alcance descritivo consideram seus fenômenos quantitativos, medem conceitos e definem variáveis (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

O presente estudo foi realizado com 33 professores de Ciências e Biologia da rede pública e privada de ensino básico no município de Picos – PI.

Para acessar a percepção dos professores em relação ao Atendimento Educacional Especializado, foi aplicado um questionário como instrumento de coleta de dados. O questionário foi composto por 35 questões fechadas.

O questionário utilizado foi baseado nos itens de Atitudes Sociais em relação à Inclusão (ELASI), elaborado pelo Grupo de Pesquisa Diferença, Desvio e Estigma, da UNESP, Campus de Marília (VIEIRA, 2014). O ELASI mensura as atitudes sociais no processo de inclusão e atende todos os requisitos necessários para sua padronização e confiabilidade (OMOTE, 2005 apud VIEIRA, 2014). O questionário é composto de 35 itens, cada com alternativas seguindo a Escala de Likert: (1) Discordo totalmente, (2) Discordo parcialmente, (3) Nem concordo nem discordo, (4) Concordo parcialmente e (5) Concordo totalmente.

Os procedimentos e objetivos de estudo foram informado aos participantes voluntários através do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), posteriormente devolvida assinada como requisito para participação no estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Legislação

Foi possível observar as respostas dos professores de Ciências e Biologia em relação à educação especial. Na primeira dimensão pode-se perceber que maioria dos professores concordaram quanto ao item direito de cidadania devem ser garantido a todos. Já o item Pessoas com deficiência tem o direito de optar por estudar em classe especial teve em média a discordância parcial de professores(BRASIL,1998).

A Legislação estabelece leis e decretos que asseguram a igualdade nas condições de acesso e permanência na escola, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, como também a oferta no atendimento educacional especializado. É a partir de 1988, que através da Constituição Federal ainda em vigor que os grupos sociais marginalizados, como também as pessoas com necessidade especial passam a participar de forma ativa da elaboração. O artigo 205 define a educação como direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento de todos, no entanto cabe ao Estado ofertar o atendimento educacional especializado com preferência na rede regular de ensino (BRASIL,1998) .

Em 1994, o MEC Nº 1793 integra a pessoa com deficiência nos currículos de formação docentes; no ano de 1996 a Lei 9.934 LDB Nº 2 assegura o apoio técnico e financeiro estabelecido pelo poder público com atuação exclusiva. As diretrizes nacionais para a educação básica, como também para a formação de professores da educação básica superior passam a ser asseguradas através da resolução CNE/CEB Nº 2 no período 2001.

O Plano Nacional dos direitos da pessoa com deficiência passa a ser garantido no sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes em 2011, e em 2015 a lei Nº 13.146-Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI), cap. IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência devendo esta ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis.

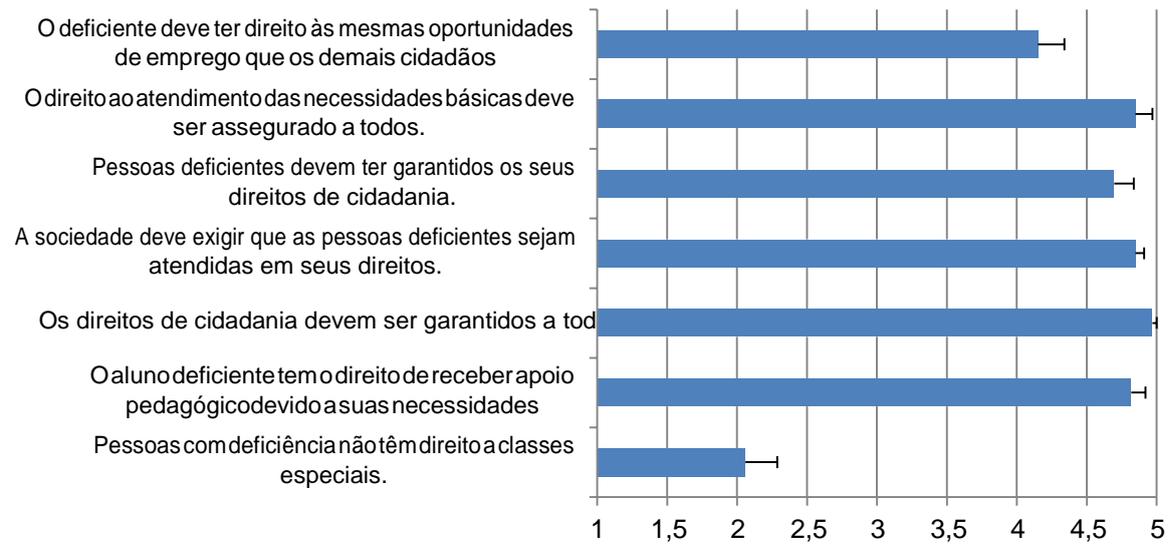


Gráfico 1 – Percepção de professores de ciências e biologia em relação ao acesso de pessoas com deficiência ao ensino e ao atendimento educacional especializado. Valores no eixo X representa escala com 5 categorias: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = nem concordo nem discordo, 4 = concordo parcialmente, e 5 = concordo totalmente.

4.2 Seleção

Na dimensão seleção, houve uma baixa média das respostas dos professores, podendo destacar o item “Aquele que é muito diferente deve ter seu próprio mundo”, tendo a discordância parcialmente dos professores.

O atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre em função das condições específicas dos alunos, e quando não houver possibilidade de integração nas classes comuns de ensino regular, o espaço de atendimento será na instituição especializada, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996,p. 21)

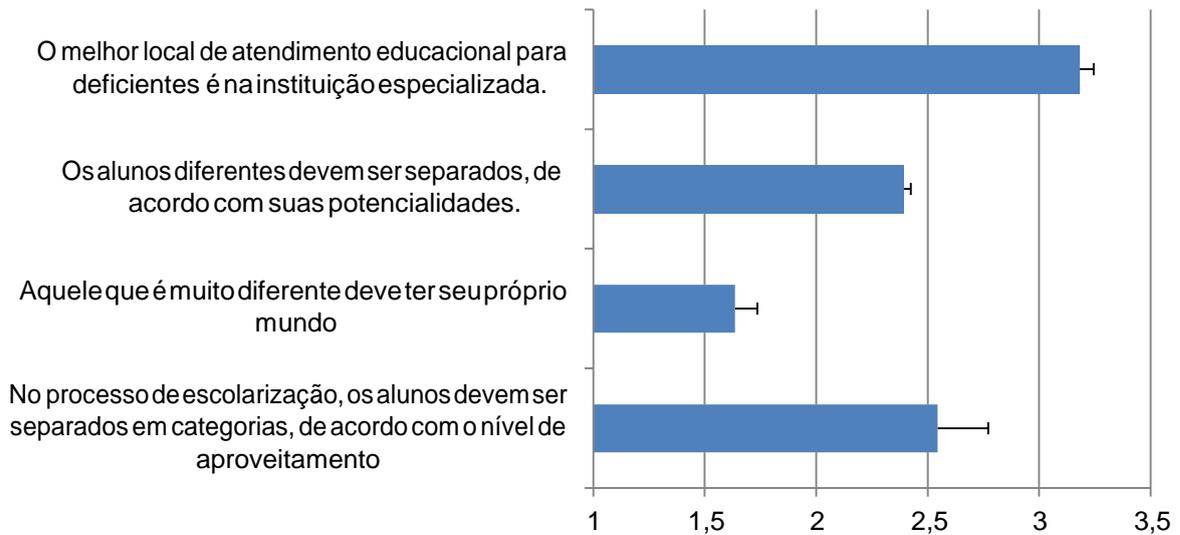


Gráfico 2 – Percepção de professores de ciências e biologia em relação a seleção de pessoas com deficiência ao ensino e ao atendimento educacional especializado. Valores no eixo X representa uma escala com 5 categorias: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = nem concordo nem discordo, 4 = concordo parcialmente, e 5 = concordo totalmente

4.3 Convívio

Na dimensão convívio, o item não devem ser atendidos os alunos surdos no ensino universitário, uma vez que não são oferecidos serviços de apoio, os professores discordaram totalmente, já as sociedades, em geral, devem ser favoráveis á inclusão teve a maior concordância dos professores.

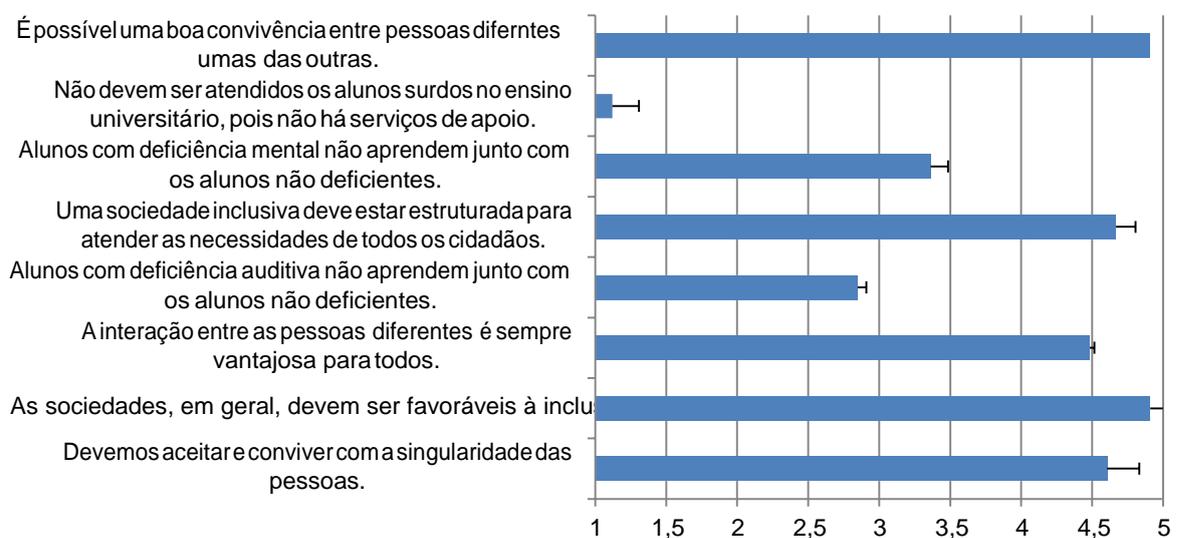


Gráfico 3 – Percepção de professores de ciências e biologia em relação a convivência de pessoas com deficiência ao ensino e ao atendimento educacional especializado. Valores no eixo X representa escala com 5 categorias: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = nem concordo nem discordo, 4 = concordo parcialmente, e 5 = concordo totalmente.

4.4 Exclusão

Na dimensão exclusão é possível observar que foi o item com menor concordância dos professores, os mesmos discordaram totalmente nos itens abaixo.

A ausência tanto do apoio técnico quanto apoio humano ao educando com deficiência tem promovido à exclusão de muitos na rede regular de ensino. A necessidade de aperfeiçoamento permanente dos docentes, a falta de adaptações da estrutura física, a falta de políticas de inclusão humana dentro das instituições e não colaboração da família têm favorecido resultados de exclusão nas escolas públicas do país.

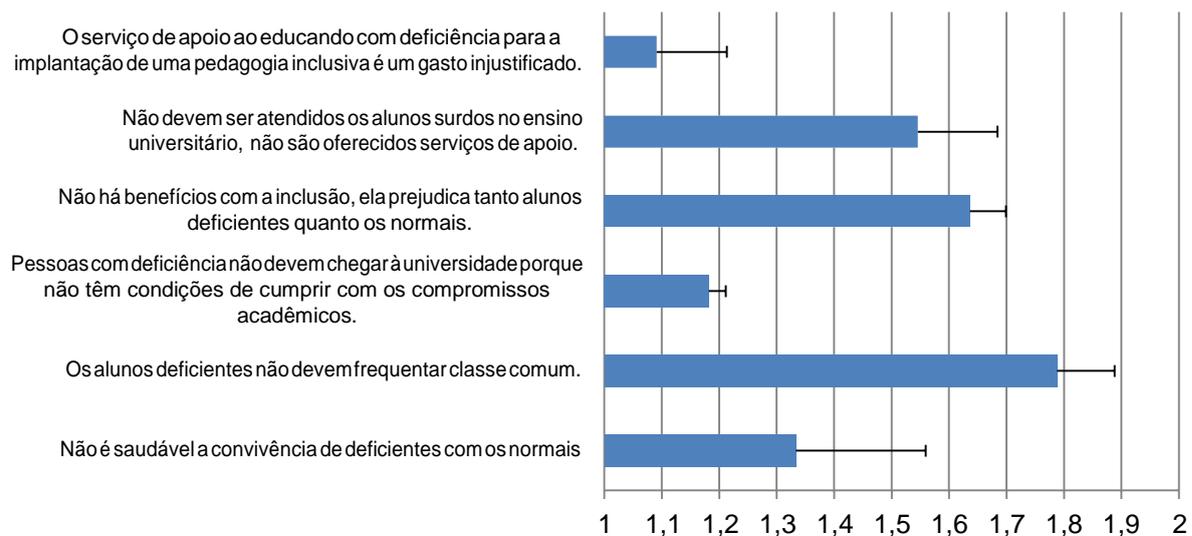


Gráfico 4 – Percepção de professores de ciências e biologia em relação a exclusão de pessoas com deficiência ao ensino e ao atendimento educacional especializado. Valores no eixo X representa escala com 5 categorias: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = nem concordo nem discordo, 4 = concordo parcialmente, e 5 = concordo totalmente.

4.5 Inclusão

Na dimensão inclusão foi possível destacar que apenas o item “A inclusão prejudica tanto alunos deficientes quanto os normais” houve a discordância dos professores e os outros itens obteve a concordância.

A inclusão está presente em lei (Lei 9.394/96), e embora esteja respaldada pela legislação, as políticas educacionais que a tem como prioridade ainda não representa sua proposta de atendimento educacional na realidade do país. A educação inclusiva é vista por muitos com indiferença, como prejudicial aos com necessidade especial quanto aos normais, mesmo com toda a legislação favorecendo o atendimento do aluno especial na rede regular de ensino.

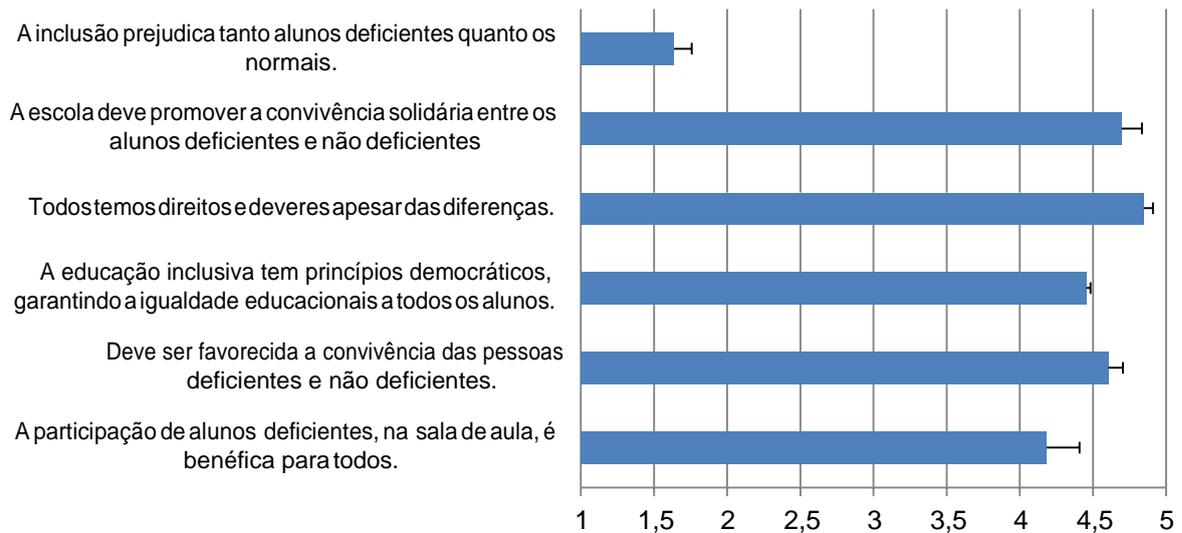


Gráfico 5 – Percepção de professores de ciências e biologia em relação a inclusão de pessoas com deficiência ao ensino e ao atendimento educacional especializado. Valores no eixo X representa escala com 5 categorias: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = nem concordo nem discordo, 4 = concordo parcialmente, e 5 = concordo totalmente

4.6 Currículo

E por fim, na dimensão currículo o item “As universidade não devem adaptar seus recursos para o atendimento de alunos com deficiências “teve a discordância enquanto os outros itens teve a concordância dos professores.

Em algumas escolas o aspecto curricular diz respeito a conteúdos, a metodologias que tem modificado a proposta de inclusão em algumas realidades, pois a alegação de muitos estudantes é que a escola deve adaptar-se ao sistema de educação inclusiva.

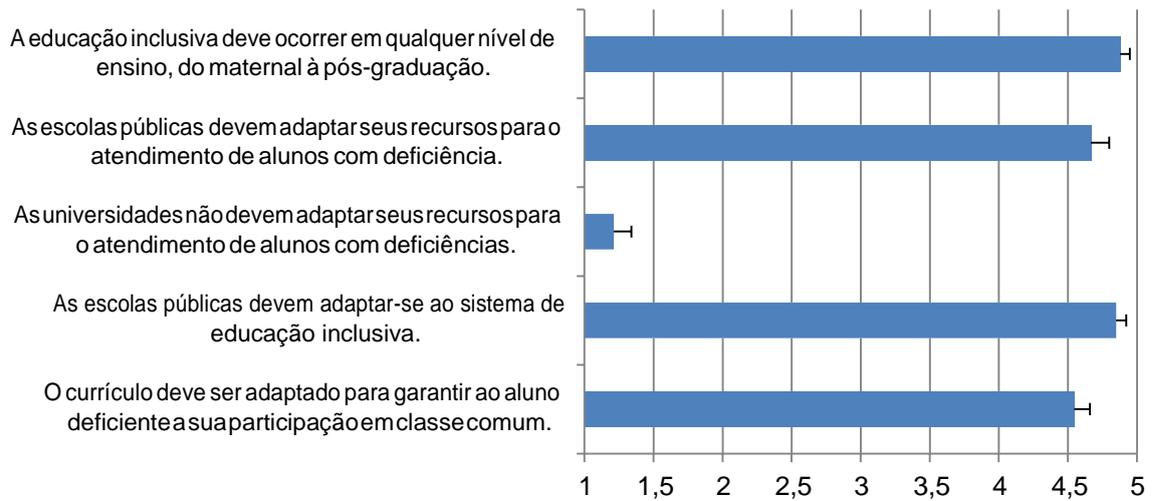


Gráfico 6 – Percepção de professores de ciências e biologia em relação ao aspecto curricular de pessoas com deficiência ao ensino e ao atendimento educacional especializado. Valores no eixo X representa escala com 5 categorias: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = nem concordo nem discordo, 4 = concordo parcialmente, e 5 = concordo totalmente

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todas as colocações apresentadas na referida pesquisa, a percepção que se tem da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular estabelecido pela legislação decorre apenas na educação básica, quando chega ao ensino superior essas leis não chegam aos cursos de nível superior, ofertando apenas cursos de capacitação para os docentes da rede regular de ensino da educação básica. E ainda assim, os cursos de capacitação não são satisfatórios na concretização do direito de acesso, permanência e integração no cotidiano das escolas.

Observa-se pelas respostas dos professores que a inclusão mesmo respaldada na lei, a percepção de sua relevância na aprendizagem nas aulas de Ciências e Biologia são diversas, pois alguns docentes abordam a necessidade da inclusão desde as séries iniciais até o nível superior, como também os docentes que discordam do ensino especial no mesmo espaço que os alunos vistos como normais, alegando as dificuldades encontradas com o espaço quanto a convivência.

No que se refere ao convívio adotam a postura dos professores de separar os alunos de acordo com as potencialidades e deficiências de cada aluno.

Com base nas respostas colhidas dos professores de Ciências e Biologia quanto à legislação, o convívio, a seleção, a exclusão e inclusão e ao currículo escolar, percebe-se a insegurança na ação pedagógica de alguns docentes ou pelo despreparo na utilização de recursos da educação inclusiva. Porém a concordância de alguns em aproximar a convivência dos alunos especiais das demais alunos, a necessidade de rever o currículo escolar faz com que os desafios venham ser superados em benefício e valorização de uma pedagogia inclusive, que priorize a aprendizagem dos alunos de uma forma abrangente e qualitativa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. **A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar**: um estudo de caso. Rev Bras Educ Fís Esporte, (São Paulo) 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CNE/CEB n.017/2001.
- LANNA JÚNIOR, MARIO CLEBER MARTINS (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. : il. 28X24 cm.
- MEC. Ministério da Educação: **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 19/11/18
- MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- OMOTE, S. **A integração do deficiente**: um pseudoproblema? Anais da XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto/SP, 1994.
- PADILHA, A. M. L.. **Práticas pedagógicas na Educação Especial** – a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. 3ª ed. Campinas. SP: Autores Associados, 2007.
- PESSOTI, I. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- ROSS, Paulo R. **Educação e trabalho**: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. BIANCHETTI, L; FREIRE, I. In: Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas – SP: Papirus, 1998.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.
- SILVA, Adilson Florentino da. et al. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: Deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1996-2006.
- SILVA, Francisca Arella Bezerra. **O professor de Biologia diante da inclusão de alunos com deficiência**: desafios, limites e possibilidades, UFCE-2013.

VIEIRA, Camila Mugnai. **Atitudes sociais em relação à incluso:** efeitos da capacitação de professores para ministrar programa informativo aos alunos. UEP, Marília ,2014.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS
CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Percepção de professores de Ciências e Biologia em relação ao Atendimento Educacional Especializado**”. A sua participação não é obrigatória, mas, voluntária. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a coordenação, com os demais docentes do seu curso ou com sua instituição.

Objetivo do estudo: O objetivo principal do estudo é descrever a percepção de professores de Ciências e Biologia em relação ao Atendimento Educacional Especializado.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Riscos: Não existem riscos relacionados à sua participação.

Benefícios: Os benefícios gerados com a sua participação estão relacionados às possíveis contribuições acarretadas pelo conhecimento do que os alunos percebem e entendem no que tange à problemática ambiental.

Confidencialidade: As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos e educativos.

Custo e pagamento: Participar desta pesquisa não implicará nenhum custo para você, e, como voluntário você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Você receberá uma cópia deste termo. Se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Pesquisador responsável: Marciana Leal Bezerra

Endereço de e-mail telefone de contato: marcianaellenbezerra@bol.com.br, (89) 994-716129.

Declaro que entendi os objetivos, condições, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e estou de acordo em participar.

Picos, ____ de _____ de 2018

Assinatura do participante

Escala de Valores Relativos ao Trabalho

Caro Professor(a): Solicitamos sua colaboração no preenchimento deste questionário. Sua contribuição será de suma importância para o entendimento dos valores relativos à atividade docente.

Dessa forma, pedimos que marque cada item com um X de acordo com seu grau de concordância.

Idade _____ anos Curso _____	Sexo Masculino () Feminino () Atuação Profissional () Público () Privado	Formação () Superior () Especialização () Mestrado () Doutorado
---	---	---

Afirmativas	Concordo inteiramente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
1. Devemos aceitar e conviver com a singularidade das pessoas.					
2. O currículo deve ser adaptado para garantir ao aluno deficiente a sua participação em classe comum.					
3. Com a inclusão, o deficiente não tem o direito de optar por estudar em classe especial.					
4. Dentro do processo de escolarização, os alunos devem ser separados em categorias, de acordo com o nível de aproveitamento.					
5. As escolas públicas devem adaptar-se ao sistema de educação inclusiva.					
6. A participação de alunos diferentes, inclusive deficientes, na mesma sala de aula, é benéfica para todos.					
7. Deve ser favorecida a convivência das pessoas deficientes e não deficientes.					
8. A educação inclusiva tem princípios democráticos, garantindo a igualdade educacionais a todos os alunos.					
9. Não é saudável a convivência de deficientes com os normais.					
10. O aluno deficiente tem o direito de receber apoio pedagógico como forma de responder às suas necessidades educacionais.					

11. Todos temos direitos e deveres apesar das diferenças. Afirmativas	Concordo inteiramente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
12. Os alunos deficientes não devem frequentar classe comum.					
13. Pessoas com deficiência não devem chegar à universidade porque não têm condições de cumprir com os compromissos acadêmicos.					
14. A escola deve promover a convivência solidária entre os alunos deficientes e não deficientes.					
15. Os direitos de cidadania devem ser garantidos a todos.					
16. As sociedades, em geral, devem ser favoráveis à inclusão.					
17. A interação entre as pessoas com as mais variadas diferenças é sempre vantajosa para todos.					
18. Não há benefícios com a inclusão, ela prejudica tanto alunos deficientes quanto os normais.					
19. Aquele que é muito diferente deve ter seu próprio mundo.					
20. Os alunos diferentes devem ser separados, no processo de aprendizagem, de acordo com suas potencialidades.					
21. A sociedade deve exigir que as pessoas deficientes sejam atendidas em seus direitos.					
22. Os alunos com deficiência auditiva possuem diferenças significativas que os impedem de aprender junto com os alunos não deficientes.					
23. O melhor local de atendimento educacional para o deficiente é na instituição especializada.					
24. Todas as pessoas deficientes, independentemente do grau de comprometimento, devem ter garantidos os seus direitos de cidadania.					
25. O direito ao atendimento das necessidades básicas deve ser assegurado a todos.					

26. Uma sociedade inclusiva deve estar estruturada para atender as necessidades de todos os cidadãos, por mais diferentes que sejam.					
Afirmativas	Concordo inteiramente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
27. Os alunos com deficiência mental possuem diferenças significativas que os impedem de aprender junto com os alunos não deficientes.					
28. Não devem ser atendidos os alunos surdos no ensino universitário, uma vez que não são oferecidos serviços de apoio.					
29. O deficiente deve ter direito às mesmas oportunidades de emprego que os demais cidadãos.					
30. As universidades não devem adaptar seus recursos para o atendimento de alunos com deficiências.					
31. Não existe nenhuma possibilidade de troca de experiências positivas entre aluno comum e aluno especial.					
32. O serviço de apoio ao educando com deficiência para a implantação de uma pedagogia inclusiva é um gasto injustificado.					
33. As escolas públicas devem adaptar seus recursos para o atendimento de alunos com deficiência.					
34. Por mais diferentes que as pessoas sejam umas das outras, sempre é possível uma boa convivência entre elas.					
35. A educação inclusiva deve ocorrer em qualquer nível de ensino, do maternal à pós-graduação.					



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Marciana Lual Bezerra,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Percepção de Professores de ciências e biologia
em relação ao atendimento educacional especializado
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 17 de Junho de 2019.

Marciana Lual Bezerra
Assinatura

Marciana Lual Bezerra
Assinatura